

## **A ESCOLA RADIOFÔNICA: DO SURGIMENTO AO DECLÍNIO DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DO MEB**

Autora-Maria Miraíre Pereira Silva  
Graduanda do Curso de Pedagogia/UERN/CAMEAM  
E-mail: miraire@hotmail.com  
Coautora-Francisca Thais Pereira Costa  
Graduanda do Curso de Pedagogia/UERN/CAMEAM  
Email:tatahpedagogia@outlook.com  
Coautora-Maria Edneide de Souza Bezerra  
Graduanda do Curso de Pedagogia/UERN/CAMEAM  
Email:edneidesouza10@outlook.com  
Severina França de Oliveira Albuquerque  
Graduanda do Curso de Pedagogia/UERN/CAMEAM  
Email:severinafranca5@gmail.com  
Orientadora:Simone Cabral Marinho dos Santos  
Professora do Curso de Pedagogia/UERN/CAMEAM.  
E-mail: simonecabral@uern.br

### **RESUMO**

Esse artigo é resultado de um estudo teórico sobre o surgimento das escolas radiofônicas no Brasil, a partir da década de 1960, especificamente, no Rio Grande do Norte, desenvolvido no componente curricular Práticas Pedagógicas Programadas I (Curso de Pedagogia/CAMEAM/UERN). O objetivo é refletir sobre o funcionamento da escola radiofônica do Movimento de Educação de Base (MEB), identificando as potencialidades e os limites da utilização do rádio na experiência de alfabetização de jovens e adultos. As bases conceituais e históricas para pensarmos o surgimento, o funcionamento e o declínio das escolas radiofônicas no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte, seguem as ideias de Paiva (2009), dentre outros. A partir do levantamento teórico realizado, pudemos refletir sobre uma parte da história da educação que muitos desconhecem em função dos poucos registros dessa modalidade de ensino.

**Palavras-chave:** Escola Radiofônica, Alfabetização, Movimento de Educação de Base.

### **1. Introdução**

Esse artigo é resultado de um estudo teórico sobre o surgimento das escolas radiofônicas no Brasil, a partir da década de 1960, especificamente, no Rio Grande do Norte, desenvolvido no componente curricular Práticas Pedagógicas Programadas I (Curso de Pedagogia/CAMEAM/UERN). O seu objetivo foi contribuir com o estudo sobre o funcionamento da escola radiofônica do Movimento de Educação de Base (MEB), identificando as potencialidades e os limites da utilização do rádio na experiência de alfabetização de jovens e adultos. Além disso, buscamos refletir sobre uma parte da história da educação que muitos desconhecem em função dos poucos registros dessas experiências educativas.

As bases conceituais e históricas para pensarmos o surgimento e o funcionamento das escolas radiofônicas no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte, seguem as ideias de Paiva (2009), dentre outros.

Dividido em três partes, esse artigo trata, primeiramente, do surgimento das escolas radiofônicas no Brasil, seguida do contexto histórico de seu surgimento no estado do Rio Grande do Norte, na segunda parte. Por último, trataremos do declínio das escolas radiofônicas do MEB com a instauração da ditadura militar em 1964.

## **2. O contexto brasileiro na década de 1960 e o surgimento das escolas radiofônicas.**

Na década de 1960 o Brasil ocupava o sexto lugar entre os países com maior índice de analfabetos (70% da população). Com essa realidade, as escolas radiofônicas surgem para atender a população analfabeta, principalmente da zona rural, pois o rádio era o principal meio de comunicação da época. Na verdade, “o rádio significava, de forma concreta, a tecnologia a serviço da educação do homem camponês” (PAIVA, 2009, p. 51).

Em função desses problemas que o Brasil enfrentava, a Igreja Católica por intermédio do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), cedeu para o governo sua Sede de Emissoras Católicas, que funcionavam em todo o país, com o intuito de instalar o Movimento de Educação de Base (MEB) pelo rádio. O documento do MEB (1965, p.9) sobre as escolas radiofônicas enfatiza que:

Especial atenção foi dada às dificuldades e limitações que o rádio impõe como meio de comunicação. Essas limitações têm levado o MEB à elaboração de uma “pedagogia radiofônica” não ainda nitidamente sistematizada. Por outro lado, tem forçado o treinamento dos monitores para esta tarefa, qualificando-os, em terra que só o rádio atinge. (...) Tudo isso tem garantido ao MEB uma metodologia própria, metas muito específicas, atividades de pedagogia radiofônicas próprias e uma realização original de Educação de Base.

O objetivo desse movimento era desenvolver uma educação que não negasse o saber do homem do campo, mas que contribuísse para construção de novos conhecimentos no intuito de motivar os camponeses a lutarem juntos pela superação das injustiças, questionando a realidade em que viviam e participando ativamente da sua vida em comunidade, por meio de um projeto educativo.

Então, em 21 de março de 1961, o presidente da república Jânio Quadros firmou em Brasília o decreto 50.370, tratando da criação da escola radiofônica. Dois anos depois, o MEB consolidaria, definitivamente, a parceria entre Igreja e Governo Federal:

Em 1963, pelo Decreto n. 52267, o Governo Federal alterou o Decreto anterior e estendeu o atendimento do MEB para as áreas subdesenvolvidas do país, além de facilitar a concessão de canais radiofônicos aos bispos e também a autorização para a requisição de funcionários federais e autárquicos para prestarem serviços junto ao MEB. (OLIVEIRA, 1992, p.202).

Essa cooperação se daria por meio de convênios consolidados com o Ministério da Educação (MEC) e outros Ministérios e Órgãos Federais, que repassariam os recursos recebidos do poder público para a CNBB. A alfabetização de adultos seria realizada por meio do MEB utilizando a Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC). Dessa forma, a Igreja entraria com o pessoal, a organização e a execução do trabalho e o governo daria sustentação política e arcaria com os custos do projeto, além da liberação de funcionários públicos para trabalharem no MEB.

### **3. A implementação das escolas radiofônicas no RN.**

A origem do MEB ocorreu a partir das experiências de educação pelo rádio, principalmente, em Natal no Rio Grande do Norte e em Sergipe. Em Natal era desenvolvido um trabalho pela Arquidiocese, chamado de Movimento de Natal, responsável pelas lutas dos trabalhadores e ao longo dessa caminhada necessidades foram surgindo, uma delas foi a alfabetização, pois ela era uma ferramenta importante para o desenvolvimento das atividades junto as populações rurais. A Arquidiocese de Natal conhece por meio de o arcebispo auxiliar D. Eugênio de Araújo Sales, o programa de alfabetização pelo rádio. D. Eugênio, viajando pela Colômbia em 1957, toma conhecimento desse processo de alfabetização, realizada por Mons. Salcedo na paróquia de Sutanteza, e o enxerga como uma ferramenta para tentar solucionar o problema do analfabetismo brasileiro. (PAIVA, 2009).

A novidade ficava por conta da utilização do rádio, instrumento de comunicação de massas, com o poder de difundir rapidamente qualquer mensagem, inclusive o pensamento católico junto às massas rurais. A esse respeito, Dom Eugênio Sales assim expressou-se: “Sempre pensava que devia haver uma maneira de atingir a todos, mesmo os mais pobres e os

mais distantes. E esse meio eu o procurei durante anos”. (MEDEIROS, 1992, p 1998). Dessa forma, o rádio deixava de ser visto como um simples instrumento de entretenimento e informação, e passava a ser utilizado como o mediador de uma educação à distância.

O rádio é um aparelho que transmite a palavra ou qualquer outro som a grande distância por meio da eletricidade (...). O rádio não é somente um poderoso meio de comunicação. O rádio é também veículo de boa formação moral e espiritual de homens que trabalham pela promoção de sua comunidade (...). O mundo rural não participava da grande comunidade brasileira. Surgiu então a ideia de educar pelo rádio. As escolas radiofônicas foram instaladas. Graças ao rádio, o mundo rural libertou-se do isolamento (PAIVA, 2009, p. 112).

A partir desse momento, as primeiras escolas radiofônicas começaram a funcionar nas áreas rurais, ligadas a Arquidiocese de Natal e a primeira aula foi transmitida no dia 20 de setembro de 1958, pela professora Carmem Fernandes Pedroza, que aceitou o desafio de desenvolver um programa de alfabetização pelo rádio, atingindo no início 69 escolas da capital e municípios vizinhos (PAIVA, 2009).

### **3.1. Estrutura das escolas radiofônicas no RN.**

As escolas radiofônicas funcionavam em locais isolados, salas paroquiais, em fazendas, barracões ou nas casas dos próprios monitores ou alunos, com instalações pobres (mesa e bancos de madeira), ou seja, estava longe de atingir as condições necessárias para o funcionamento de uma escola. Porém, a vontade de ensinar era muito grande e qualquer dificuldade era ultrapassada pelo desejo de mudar a vida desses trabalhadores. Não havia medo ou falta de disposição e cada um ajudava da forma que podia. Para o funcionamento dessas escolas, também era necessário professores –locutores e a escolha de voluntários da comunidade. Os professores eram encarregados da produção e emissão de aulas e outros programas educativos. Apesar de serem chamadas de tradicionais (a equipe da escola radiofônica nunca concordou com esse rótulo), estavam sempre buscando a inovação, pois a metodologia utilizada exigia deles um esforço a mais para compartilhar com os seus alunos aqueles momentos de aprendizado. No texto de Paiva (2009), uma professora quando perguntada sobre o método tradicional, baseado na repetição e obediência, disse:

De jeito nenhum. (...) Não, não. A escola... ora, se o MEB revolucionou o modelo de ensino. A gente não foi aquela escola fechada, sem se inserir na realidade.. Então o que mais que

revolucionou foi isso. Uma postura não autoritária, entendeu? Uma escola de diálogo de participação. (PAIVA, 2009, p. 60).

Os voluntários, chamados de monitores, em sua maioria, jovens e com predominância do sexo feminino, eram pessoas geralmente indicadas pelos padres e tinham que saber ler e escrever, ter liderança e potencial comunidade, pois assumiriam a posição de intermediário entre o professor-locutor e o aluno, desempenhando o papel de facilitadores do processo comunicativo e educativo.

No intuito de aperfeiçoar a preparação e os conhecimentos desses monitores, o MEB, a partir de 1961, passou a realizar treinamentos especializados, onde estes aprendiam a lidar com o rádio no processo educativo. Ferrari (1968) esclarece que havia um trabalho para complementar a alfabetização dos próprios monitores, pois a maioria só tinha a primeira série primária, como era chamado o ensino fundamental na época. Depois do treinamento, cada monitor recebia seu respectivo material didático e agora estariam prontos para desempenhar suas funções: realizavam visitas aos locais de aula, viagens às sedes dos municípios, cuidavam da matrícula dos alunos, do controle de sua frequência, do aproveitamento das aulas, da aplicação de provas, além de enviar relatórios mensais sobre o andamento das aulas. (PAIVA, 2009).

Esse material era fornecido pelo MEB e consistia num rádio à pilha (em algumas localidades, não existia energia elétrica no meio rural), sintonizado apenas na estação que transmitia as aulas, lampião de querosene, cartilhas, giz, quadro negro e recebiam material didático de apoio, como os livros de leitura, pelo correio. A partir de reuniões semanais, cada professor, elaborava seu plano de aula chamado de script com duração de 30 a 45 minutos e o conteúdo era baseado na cartilha LER, editado pelo Ministério da Educação para a alfabetização de adultos. Além disso, as emissões das aulas eram feitas no começo da noite e funcionavam no horário adequado aos alunos, pois estes trabalhavam durante o dia na agricultura. (PAIVA, 2009).

A vontade de aprender ler e a escrever, mesmo depois de um dia inteiro de trabalho árduo e cansativo, fazia com os alunos tivessem ânimo para participar das aulas. Reuniam-se em grupos e dirigiam-se juntos para o local, onde escutariam a aula radiofônica e desenvolveriam as atividades com a orientação de um monitor. Ao término de cada programa, o monitor orientado pela professora-locutora, tirava as dúvidas e promovia debates sobre os ensinamentos e discussões que surgiam a partir da interpretação dos textos escolhidos para as aulas, como forma de avaliar a aprendizagem dos alunos. As dificuldades

encontradas eram encaminhadas às professoras pelos monitores por meio de cartas, ao mesmo tempo mandavam sugestões para o aperfeiçoamento das aulas, pois buscavam sempre atingir resultados satisfatórios.

#### **4. Instauração da ditadura militar e o fim das escolas radiofônicas do MEB**

A partir de 1964, por meio de um golpe militar, a política brasileira passa a ser governada pelos militares, num regime que durou até 1985, caracterizado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o governo militar. Os movimentos de educação e cultura popular, como o MEB, despertaram a desconfiança e a preocupação das classes dominantes, diante do aumento cada vez mais significativo da participação da população nos assuntos políticos do país, pois como era um método de alfabetização que discutia temas como a politização na conscientização do trabalhador rural, não se encaixava no modelo educacional instaurado pelo regime, pois passou a ser proibida a participação das classes populares no processo político brasileiro. Segundo Ammann (1991), existia a vontade do povo de mudar o retrato do país, camuflado nas relações políticas da época.

O entusiasmo engendrado pela abertura político - ideológica e pelo crescimento econômico registrado nos últimos anos do Governo Kubitschek dá origem a um clima de euforia aliado a sensação mais ou menos generalizada de que seria de fato possível empreender mudanças estruturais a curto ou médio prazo. Os reclamos por essas mudanças se difundem com tal intensidade que, progressivamente, os mais variados – e até antagônicos – grupos passam a desfraldar a bandeira das “reformas de base”. (AMMANN, 1991, p. 58)

Então, com a instauração da ditadura, o MEB sofreu com o impacto inicial do golpe, pois muitos monitores foram presos, escolas radiofônicas fechadas, invadidas e muitos rádios quebrados, apreensão de material de trabalho, dizendo que tudo era comunismo, era contra a revolução, professores chegaram a serem surpreendidos pelo exército, enquanto transmitiam a aula. As aulas radiofônicas passaram a ser gravadas, ouvidas e controladas por membros do Exército, podendo ser submetidas a adaptações, dependendo do assunto a ser tratado por

estas, pois só era permitido passar o que eles queriam e considerava adequado. Dessa forma, caberia agora ao monitor, mais do que nunca, ser o protagonista do processo de ensino.

Com a programação previamente gravada, as equipes do MEB ficaram liberadas para viajar ao interior do Estado e trabalhar mais diretamente no meio rural. Os contatos pessoais com esse meio foram reforçados. Houve maior integração com as escolas, aumentou-se o treinamento dos líderes e reestruturaram-se os comitês radiofônicos (monitores mais disponíveis, que em determinados dias prestavam assessoramento extra aos demais monitores da região), que passaram a desempenhar um papel mais importante no Movimento. (OLIVEIRA, 1992, p. 240).

O MEB continuava, com o mesmo modelo de ação política educacional anterior ao golpe, porém dentro do novo contexto autoritário, redefinindo as aulas e os programas radiofônicos; preparando outro conjunto didático, designado *Mutirão*, no qual o conceito de conscientização foi substituído por *cooperação*; investindo diretamente nas comunidades, no processo definido como de *animação popular*. Essa repressão fez com que o MEB perdesse, aos poucos, a sua prática questionadora e a sua característica de educação popular. E, a partir de 1965, ele entra em declínio, em razão da diminuição das verbas governamentais federais. (PAIVA, 2009).

Em contrapartida, como forma de garantir e continuar o processo de alfabetização de adultos, o regime militar cria o Projeto Minerva (nome em homenagem à deusa romana da sabedoria) na década de 1970, como alternativa para o processo educativo com a utilização do rádio e da televisão, visando à preparação de alunos para os exames supletivos de capacitação ginásial e madureza ginásial, criado pelo então *Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura*.

A primeira aula transmitida, em 1º de setembro de 1970, teve sua divulgação decorrente de um decreto presidencial e uma portaria interministerial de nº 408/70. Além disso, o governo também pretendia solucionar em curto prazo, os problemas do desenvolvimento do país aos problemas educacionais existentes, que tinha como cenário um período de crescimento econômico e era preciso adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica, voltada para preparação de mão-de-obra qualificada, com economia de tempo e custos. Dessa forma, o Projeto Minerva durou até o início dos anos de 1980, com todas as dificuldades, já que havia um alto índice de reprovações, pois 77% dos inscritos não conseguiam obter o diploma.

## Considerações finais

Percebemos com este trabalho a importância de resgatar e conhecer a contribuição histórica do rádio com a instalação das escolas radiofônicas para a educação brasileira, no intuito de combater um grande problema da época que era o analfabetismo. O MEB utilizou-se do rádio a favor de uma educação clara e direta, destinada às classes populares rurais, já que este era um veículo com baixo custo em relação à instalação das escolas radiofônicas, além de ser um o principal meio comunicativo no Brasil, como também no do Rio Grande do Norte.

A proposta educativa do MEB preocupava-se com questões que tornassem os adultos mais participativos na sociedade, na luta contra as injustiças em que vivam, ficando mais participativos na vida política do país. Porém, em 1964, com a instauração do golpe militar no Brasil, o MEB acaba entrando em decadência, por ser considerado de caráter comunista, por questionar a realidade injusta vivida por seus alunos.

Dessa experiência de ensino à distância, pudemos concluir que o rádio teve grande relevância no que diz respeito ao processo educacional e cultural brasileiro e sua substituição por meio da experiência do Projeto Minerva, era uma tentativa de despolitizar o ensino.

## Referências

ASSIS, Márcia Maria Alves de; GUTIERRE, Liliane dos Santos. **Matemática: algumas considerações sobre o ensino das escolas radiofônicas/RN**. Recife, 26 a 30 jun. 2009. Disponível em:<<http://www.lematec.net/CDS/XIIICIAEM/artigos/655.pdf>> Acesso em 3 fev. 2014.

BRASIL, Cristiane Costa. **História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje**. Disponível em<<http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>> Acesso em 27 fev. 2014.

CRUZ, Adriano Charles; FONSECA, Aidil Brites Guimarães. **O rádio na educação do homem do campo nos anos 1960: memória afetiva dos participantes do MEB no Rio Grande do Norte**. Fortaleza, 19 a 21 ago. 2009. Disponível em: em:<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-20091/O%20radio%20na%20educacao%20do%20homem%20do%20campo%20nos%20anos%201960.pdf>. Acesso em 3 mar. 2014.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. Igreja e Renovação: Educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MEDEIROS, Hélcio Pacheco de. Nas ondas do rádio: Conversando sobre saúde reprodutiva. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1992.

PAIVA, Marlúcia Menezes de (Org.). **Escolas Radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos**. Brasília: Liber Livro Editora, 2009. 49- 121.

RODRIGUES, Adriano Lopes. GOMES, Edivânia Duarte. **A rádio rural de natal na educação de jovens e adultos**: uma análise discursiva dos programas. Anais da semana de humanidades, Natal-RN, 2011.

SERVIÇO DE ASSISTENCIA RURAL (SAR). **A educação de base pelo rádio**. Natal-RN: UNDA – ULAPAC. Novembro de 1961.